DISCURSO DO MÉTODO



Universidade Estadual de Campinas

Reitor
Paulo Cesar Montagner

Coordenador Geral da Universidade
Fernando Antonio Santos Coelho

EDITORA UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente
Edwiges Maria Morato

Cicero Romão Resende de Araujo – Dirce Djanira Pacheco e Zan
Frederico Augusto Garcia Fernandes – Iara Beleli – José Dari Krein
Marco Aurélio Cremasco – Pedro Cunha de Holanda
Sávio Machado Cavalcante – Verónica Andrea González-López

René Descartes

DISCURSO DO MÉTODO

para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências

Tradução e notas
J. Guinsburg

PERSPECTIVA

EDITORA UNICAMP

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Gardênia Garcia Benossi – CRB-8ª / 8644

Descartes, René, 1596-1650.
D453d Discurso do método : para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências / René Descartes ; tradutor: J. Guinsburg – Campinas, SP : Editora da Unicamp ; São Paulo, SP : Perspectiva, 2026.

Tradução de: Discours de la méthode pour bien conduire saraison, et chercher la vérité dans les sciences.

1. Descartes, René, 1596-1650. 2. Filosofia francesa. 3. Ciência. 4. Filosofia. 5. Dualismo. I. Guinsburg, J. (Jacó), 1921-2018. II. Título.

CDD – 194
– 500
– 100
– 1282

ISBN 978-85-268-1962-7 (Editora da Unicamp)
ISBN 978-65-5505-311-1 (Editora Perspectiva)

Copyright da tradução © by J. Guinsburg
Copyright desta edição © by Editora da Unicamp e Editora Perspectiva

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das editoras.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.



Direitos reservados a

Editora Perspectiva
Praça Dom José Gaspar, 134, cj. 111
CEP 01047-912 – São Paulo – SP – Brasil
Tel./Fax: (11) 9.4256.8699
www.editoraperspectiva.com.br
atendimento@editoraperspectiva.com.br

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

Apresentação, por Cicero Araujo 7

Discurso do método

Advertência 41

Primeira parte 43

Segunda parte 55

Terceira parte 69

Quarta parte 79

Quinta parte 91

Sexta parte 113

APRESENTAÇÃO

Cicero Araujo

I.

Publicado originalmente em 1637, em Leiden, na então república das Províncias Unidas (Holanda), o *Discurso do Método* (a partir daqui, DM para as citações) é, sem dúvida, um dos textos fundadores da ciência moderna. Pensado como um ensaio introdutório, pois junto com ele iam três ensaios que, na compreensão atual, eram mais propriamente científicos – a *Dióptrica*, os *Meteoros* e a *Geometria* –, o *Discurso* acabou adquirindo vida própria e foi, com o tempo, publicado de forma independente, como uma apresentação e justificação do projeto intelectual do autor. E, conforme a filosofia e as ciências naturais foram se separando, veio também a se tornar um clássico da filosofia moderna. Quem não conhece a expressão *Penso, logo existo* (*Cogito ergo sum*), contida nele, uma das mais célebres de toda a história da filosofia?

Por isso mesmo, muito já se discutiu sobre o significado dessa frase, e não é o propósito desta apresentação acrescentar nada de novo a respeito. Mais modesta-

mente, limitar-nos-emos a dar um panorama de seu conteúdo e falar de seu autor, dos antecedentes da obra e um pouquinho sobre o que ela ainda poderia dizer a nós, quase 400 anos depois de ter sido concebida.

Escrita em francês e em primeira pessoa – terá uma versão latina em seguida –, seu estilo lembra uma autobiografia intelectual, ou melhor, uma exposição condensada de seus pensamentos segundo uma ordem mais ou menos cronológica. Embora o fio que os liga seja "o Método", como anunciado no título, o autor sublinha logo no início que não gostaria de ser compreendido como o lançador de um novo cânone, mas como alguém desejoso apenas de compartilhar uma experiência pessoal: mas, claro, que pudesse ser útil a qualquer um empenhado, como ele, na busca de um caminho para a verdade. "Método", diga-se de passagem, deriva da palavra grega que significa "via", "caminho". "Assim", diz ele na Primeira Parte,

> [...] o meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei para conduzir a minha. [...] na qual, entre alguns exemplos que se podem imitar, se encontrarão talvez também muitos outros que se terá razão para não seguir. (DM, pp. 45-46)

Essa forma de um registro pessoal não era nada estranha no tempo de Descartes, e encontrou sua expressão mais

acabada nos *Ensaios* de Montaigne. Mas isso que, no segundo, está no cerne de uma filosofia moral é, no primeiro, apenas uma atitude de precaução: "Os que se metem a dar preceitos devem considerar-se mais hábeis do que aqueles a quem os dão; e, se falham na menor coisa, são por isso censuráveis" (DM, p. 45). Conforme o texto avança, no entanto, o leitor vai se dando conta de que, embora a subjetividade esteja no âmago da metafísica elaborada no livro, trata-se de algo mais do que a descrição de uma experiência puramente pessoal, e sim, como afirma o subtítulo do livro, dos lineamentos de uma proposta "para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências". Lineamentos para os quais os três ensaios acima mencionados, publicados junto com o *Discurso*, além de um grande trecho da Quinta Parte do próprio *Discurso* (dedicado à circulação do sangue), serviriam como provas de sua aplicação concreta.[1] Sete anos depois, graças à boa repercussão que a obra teve nos meios acadêmicos europeus, Descartes deixará bem mais explícita sua ambição, ao publicar em latim um livro que tinha a forma de um manual para o ensino universitário, representando a "suma" de toda a sua filosofia (inclusive a física), por isso mesmo chamado *Os Princípios da Filosofia*.

[1] Cf. Mariconda, 2018, p. 11 e ss.

Mas quando o *Discurso* veio a público, seu autor era ainda um estreante na república das letras. Tinha então 41 anos e não era mais exatamente um jovem autor – embora mantivesse consigo, sem publicar, uma série de papéis importantes, escritos ao longo de quase 20 anos, inclusive o manuscrito de duas obras completas concebidas pouco antes. Depois de se instalar definitivamente na Holanda, em 1629, Descartes confessa ter decidido "viver tão solitário e retirado como nos desertos mais remotos", como ele diz no final da Terceira Parte. E explica a escolha daquele país e não outro porque

> [...] a longa duração da guerra levou a estabelecer tais ordens que os exércitos mantidos nele parecem servir apenas para que os frutos da paz sejam gozados com tanto mais segurança, e onde, dentre a multidão de um grande povo muito ativo e mais zeloso de seus próprios negócios do que curioso dos assuntos dos de outrem, [pude viver] sem carecer de nenhuma das comodidades que existem nas cidades mais frequentadas. (DM, p. 78)

De fato, a república das Províncias Unidas tornara-se uma das grandes potências da Europa e já vivia plenamente o seu "Século de Ouro", no comércio, na cultura e nas artes, especialmente na pintura, onde despontavam gênios como Rembrandt – este, na mesmíssima época em que Descartes atravessava

as ruas de Leiden e Amsterdã para encontrar seus livreiros – e Vermeer. A menção à "longa guerra" lembra não apenas a luta do país para se livrar do jugo do Império dos Habsburgos e da Espanha, mas um período marcado por conflitos religiosos extremos e guerras devastadoras, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1630). No meio de todo esse tumulto, a Holanda se destacava como um país onde se podia respirar um ambiente um pouco mais livre e tolerante – não por acaso, era a base dos impressores mais famosos da Europa –, ainda que sacudida ocasionalmente pelas rivalidades de facções políticas e religiosas.

Descartes nasceu em 1596 na cidade de La Haye (hoje Descartes), no centro-oeste da França. Sua mãe faleceu quando ele tinha apenas um ano de idade, e talvez isso ajude a explicar seu temperamento arredio e inseguro, que depois passou a fazer um par com sua obsessão pela busca de certeza. Seu pai, membro da pequena nobreza da região, entregou-o aos cuidados da avó materna. Sua formação escolar se deu no Colégio La Flèche, fundado por jesuítas, um dos mais importantes da época, onde estudou durante dez anos, para em seguida graduar-se em direito na Universidade de Poitiers. Mas jamais exerceu a profissão. Em 1618 decide sair da França para, talvez visando a uma carreira militar, alistar-se no exército de Maurício de Nassau, então Stadtholder (o principal cargo executivo) das Províncias Unidas e primo de segundo grau do outro Maurício de Nassau,

personagem da história do Brasil. No ano seguinte viaja para a Alemanha, coloca-se a serviço do exército do Duque Maximiliano da Baviera – já estamos no início da Guerra dos Trinta Anos –, quando, em novembro de 1619, se dá o famoso episódio em que, sozinho num quarto de inverno, sonha com "os fundamentos de uma ciência admirável". Voltaremos a ele na sequência.

De 1620 em diante, já tendo renunciado à vida militar, empreende diversas viagens Europa afora, enquanto resolve os negócios da família e herda uma pequena fortuna, que lhe garante uma existência relativamente confortável, sem precisar exercer nenhuma profissão paga, até o fim da vida. Agora resolvido a dedicar-se totalmente à filosofia e às ciências, faz visitas frequentes a Paris na segunda metade da década, quando conhece o padre Mersenne. Este último, grande promotor e figura de proa, em seu tempo, do intercâmbio que punha em contato regular todos os expoentes da vida científica europeia. Ao fixar residência na Holanda, Descartes manterá com ele uma correspondência contínua. Vivia sozinho, mas o empreendimento em que mergulhara estava longe de ser solitário.

II.

O episódio dos "fundamentos de uma ciência admirável", relatado por Adrien Baillet, seu primeiro

biógrafo,[2] é mencionado no início da Segunda Parte, quando Descartes passa a falar explicitamente de seu "Método".

Science admirable: algo que produz espanto, maravilhamento, e, nessa medida, é capaz de impor respeito. Ainda mergulhado no caldo de cultura do Renascimento, o jovem Descartes usava uma expressão que remete à magia, à tradição das artes mágicas a qual tantos livros desse período, quando não reivindicavam, dela falavam com empatia. Mas o que Descartes buscava era bem outra coisa, algo mais próximo do que viria a ser, mais tarde, compreendido como a ciência moderna. Esta começava a dar passos firmes nessa direção, ao mesmo tempo que pelejava para se desembaraçar de seus ascendentes imediatos, assim como os mais ancestrais.

O Renascimento, informa o grande historiador da ciência Alexandre Koyré, é "uma época em que a crença na magia e na feitiçaria se expandiu de modo prodigioso, infinitamente mais do que na Idade Média". Ainda: "nas tipografias venezianas", não eram os livros antigos, embora também muito venerados, os de maior demanda, e sim "as demonologias e os livros de magia. Cardano e, mais tarde, [della] Porta são os grandes autores, lidos em toda parte".[3] O napolitano Giovanni

[2] Mais sobre esse período da vida de Descartes e esse episódio, cf. Alquié, 1986, cap. 1, e a edição Garnier das *Obras Filosóficas de Descartes*, 1988, vol. I.

[3] Koyré, 1982, p. 47.

Battista della Porta é o autor de *Magia naturalis* (*Magia natural*), obra que se tornou "um dos grandes *best--sellers*" do século que vai do momento de sua publicação (fins dos anos 1550) até a morte de Descartes (1650).[4] Não se tratava, porém, de um charlatão – embora, claro, charlatões existissem aos borbotões –, mas de um erudito tão interessado em assuntos esotéricos, como a astrologia e a quiromancia, quanto em máquinas e inovações técnicas de um modo geral.

Della Porta provinha de uma tradição de pensadores que, desde dois séculos antes, combinavam o cristianismo com a recuperação da filosofia antiga não aristotélica – especialmente o neopitagorismo e o neoplatonismo – e o acolhimento de crenças místicas como o Hermetismo, o Orfismo ou a Cabala. Para mencionar dois filósofos dos mais respeitados do século XV: Marsílio Ficino e Pico della Mirandola; e os contemporâneos de della Porta, Giordano Bruno e Tommaso Campanella. "Os magos da época da Renascença", afirma Patricia Fara, outra conhecida historiadora da ciência,

> [...] eram homens cultos que pouco se pareciam com os arremedos... de capa preta, invocando poderes satânicos. Muitos magos eram respeitados, instruídos, e faziam da Matemática a chave para o universo.[5]

[4] Cf. Wootton, 2016, p. 268.

[5] Fara, 2014, p. 127.

A autora sugere uma certa afinidade entre essa tradição e a ciência moderna no período de sua gênese – vale dizer, o desejo de fazer intervenções práticas e exercer controle sobre o mundo. Mas, claro, exceto por esse propósito, a ciência visada por Descartes, embora possivelmente capaz de engendrar "maravilhas", não queria ter parte alguma com as maravilhas prometidas pelas artes mágicas e coisas afins:

> [...] quanto às más doutrinas, pensava já conhecer bastante o que valiam, para não mais estar exposto a ser enganado, nem pelas promessas de um alquimista, nem pelas predições de um astrólogo, nem pelas imposturas de um mágico. (DM, Primeira Parte, p. 51)

Na verdade, a sede por novidades no campo do pensamento especulativo era instigada pelo enorme impacto das inovações técnicas recentemente introduzidas na Europa: a bússola marítima e a caravela – decisivas para o sucesso da navegação transoceânica e a descoberta das Américas –, os primeiros engenhos mecânicos, o relógio, a pólvora e, não menos importante, o livro impresso. Tudo somado, essa avalanche de novidades colocava sob grande pressão as instituições tradicionais, entre as quais a Igreja e as universidades, que tinham adotado como seu pensamento oficial a escolástica aristotélica. Porém, mesmo os autores da Antiguidade resgatados pela escolástica, em particular

Aristóteles, passaram a ser disputados pelo humanismo renascentista, que promoveu a redescoberta da Antiguidade Clássica, porém através de um caminho alternativo: explorando, em vez de sua metafísica, a retórica, a poética e os textos morais e políticos, todos revistos por uma hermenêutica que buscava purgá-los de sua "contaminação" pela teologia medieval. O que levava os humanistas a não só procurar, escondidas nas bibliotecas, obras inéditas, publicando-as em seguida, mas a fazer novas traduções das já conhecidas, junto com novos comentários e novas escavações de sentido. O resultado foi uma explosão de diferentes leituras e interpretações relativas à sabedoria clássica. Mesmo que Aristóteles continuasse no centro das atenções, emerge uma disposição maior para submetê-lo a exame crítico. Prova disso é a incrível multiplicação de livros sobre sua obra: entre 1500 e 1650, estima-se que tenham sido publicados mais comentários de Aristóteles em latim do que em todo o milênio que vai do início do século VI ao final do século XV.[6]

Por trás desse impulso vertiginoso estava, sem dúvida, a invenção da imprensa. Ela tornou todo o trabalho de edição e reprodução de livros bem menos custoso e mais rápido do que o velho manuscrito copiado: e não só a produção, mas o acesso às obras, cuja circulação tornava-se, em contrapartida, muito

[6] Cf. Russo, 2022, p. 47.

mais difícil de controlar. Os livros de boa qualidade – subversivos ou não –, sem dúvida, mas também os de má qualidade, editorial ou de conteúdo. Simplesmente porque, apesar do trabalho dos censores, o número de tipógrafos/editores e de títulos crescia muito acima de qualquer capacidade de submetê-los ao "pente-fino" do Estado ou de qualquer outra instituição tradicional. Aqui vai uma outra comparação estatística impressionante: uma dupla de pesquisadores de nossos dias calcula que até 1500 havia um total de cerca de 5 milhões de cópias de manuscritos na Europa; pois bem, só da invenção da imprensa (por volta de 1450) até 1500 foram impressas cerca de 13 milhões de cópias de livros; entre 1500 e 1600 esse número já havia explodido para 215 milhões de cópias, até chegar à faixa de 530 milhões entre 1600 e 1700, o século de Descartes.[7]

Estamos acostumados a pensar que mais livros implicam mais informação e conhecimento compartilhados. O que é correto, mas o efeito inverso não deixa também de ser verdadeiro; e isso pelo óbvio motivo de que quantidade não significa, necessariamente, qualidade. Não seria tão fora de propósito, nesse sentido, imaginar o autor do *Discurso do Método* – ele que, desde muito jovem, confessava um ardente desejo por "distinguir o verdadeiro do falso" – tomado por um

[7] A informação é de Buring & van Zanden, 2009, *apud* Wootton, 2016, p. 306.

sentimento de profunda angústia com a "pluralidade de vozes", tão divergentes entre si, a qual via sair da boca de seus mestres e, especialmente, dos livros que ele mesmo lia. Afinal, distinguir o verdadeiro do falso era o propósito explícito de seu método, mas até ali tudo que encontrava à sua frente era uma grande confusão. O problema que o incomodava, portanto, não era a falta de livros, mas, até pelo contrário, seu excesso – não em virtude do livro em si, mas pela tendência espontânea que as pessoas têm de absorver sem critério seus conteúdos: "Amiúde", diz ele na Segunda Parte,

> [...] não há tanta perfeição nas obras compostas de várias peças, e feitas pela mão de diversos mestres, como naquelas em que um só trabalhou [...]. E assim pensei que as ciências dos livros, ao menos aquelas cujas razões são apenas prováveis e que não apresentam quaisquer demonstrações, pois se compuseram e avolumaram pouco a pouco com opiniões de mui diversas pessoas, não se acham, de modo algum, tão próximas da verdade quanto os simples raciocínios que um homem de bom senso pode efetuar naturalmente com respeito às coisas que se lhe apresentam. (DM, pp. 55-57)

Eis que Descartes, na medida em que os livros a carregavam, arremetia contra a tradição, o conhecimento transmitido. E, uma vez que retirava sua confiança nela, não havia outro meio de se instruir a não

ser usando "meu próprio juízo", isto é, aquilo que o livro chama de "bom senso". Pois este, todos nós possuímos desde muito cedo – nem muito, nem pouco, mas o suficiente:

> O bom senso é a coisa do mundo mais bem partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que, mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que o têm. (DM, Primeira Parte, p. 43)

Assim começa o livro. O bom senso é o "poder de bem julgar"; logo, um poder de bem discriminar. Mas não é isso mesmo o que pretende o método? Qual o problema então? O problema consiste em que "não é suficiente ter o espírito bom... o principal é aplicá-lo bem". Por natureza, ninguém está impossibilitado de distinguir o verdadeiro do falso: a questão é encontrar o "caminho reto". De novo, o método.

III.

Mas talvez não esteja claro qual é a dificuldade com a tradição, com o conhecimento transmitido, pelos livros ou qualquer outro modo de comunicação. Em citação anterior, vimos Descartes contar que encontrou em muitos deles razões "apenas prováveis",

isto é, carentes de "demonstrações". Na cultura do Renascimento, o conhecimento provável é chamado de "verossimilhança" – termo tantas vezes usado no *Discurso* – ou "similitude". A verossimilhança é a chave das relações de correspondência entre as coisas, conforme se aproximem ou se oponham: por tais correspondências, presumia-se que as coisas e suas qualidades, em princípio díspares e separadas, influenciavam umas às outras através de forças de atração ou repulsão, "simpatia" ou "antipatia": o quente e o seco, o frio e o úmido, os diferentes humores dos corpos e a saúde ou a doença, as plantas e os seres animados, o movimento dos astros e o destino das pessoas etc.[8]

Todavia, o verossímil é apenas aquilo que parece verdadeiro: sem demonstração, não podemos ter certeza se é de fato. De modo que o falso se encontra ali misturado, como que escondido nele. Pode ser também que a verdade esteja lá, mas não temos critérios para identificá-la. O que faz Descartes igualar a "pluralidade das vozes" com a pluralidade da similitude: há muitas "razões prováveis" sobre uma mesma coisa – e, porém, só pode haver uma verdadeira sobre ela. De modo que, ao não encontrar, em seu exame dos livros de filosofia, "uma só coisa sobre a qual não se dispute e,

[8] Sobre a lógica das correspondências no período renascentista, ver o comentário de Foucault, 1985, cap. II.